

# SUMÁRIO

**“Há muitas falhas no sistema. E quando a decisão derradeira implica a morte, muito está em jogo para que se aceite um sistema imperfeito.”**

Jay Inslee, governador do estado de Washington, EUA, 11 de fevereiro de 2014

A Anistia Internacional registrou execuções em 22 países em 2014, o mesmo número que em 2013.<sup>1</sup> Pelo menos 607 execuções foram levadas a cabo em todo o mundo, uma redução de quase 22% em comparação com 2013. Como em anos anteriores, esse cálculo não inclui o número de pessoas executadas na China, onde os dados sobre a pena de morte são tratados como segredo de Estado. Sabe-se que pelo menos 2.466 pessoas foram condenadas à morte em 2014, um aumento de 28% em comparação a 2013. Essa alta se deveu em grande parte a um crescimento acentuado das sentenças de morte no Egito e na Nigéria, onde houve casos em que os tribunais impuseram tais sentenças em massa contra dezenas de pessoas.

Uma quantidade alarmante de países recorreu à pena de morte em 2014 para responder a reais ou supostas ameaças à segurança do Estado e à segurança pública – representadas pelo terrorismo, pelo crime ou pela instabilidade interna. O Paquistão, por exemplo, suspendeu uma moratória de seis anos da execução de civis depois de um terrível atentado contra uma escola em Peshawar. O governo também prometeu executar centenas de pessoas que estavam no corredor da morte e que haviam sido condenadas por acusações relacionadas ao terrorismo. A China usou a pena de morte como instrumento de sua campanha “Linha Dura”, que as autoridades qualificaram como sendo uma resposta ao terrorismo e à criminalidade violenta na Região Autônoma Uigur de Xinjiang.

Não existem evidências de que a pena de morte tenha um efeito dissuasor do crime maior do que as penas de prisão. Quando os governos apresentam a pena de morte como uma solução para o crime ou a insegurança eles não estão apenas enganando o público, em muitos casos, também estão deixando de tomar as medidas necessárias para viabilizar o objetivo de abolir essa prática,

---

<sup>1</sup> Em 2013 e 2014, a Anistia Internacional não pôde confirmar se a Síria realizou execuções.

reconhecido no direito internacional.<sup>2</sup>

Muitos dos Estados que mantêm a pena de morte continuam a utilizá-la em contravenção ao direito e às normas internacionais. Julgamentos injustos, “confissões” extraídas mediante tortura ou outros maus-tratos, uso da pena de morte contra menores e pessoas com deficiências mentais ou intelectuais, bem como para crimes que não sejam “homicídios dolosos”, continuaram sendo aspectos preocupantes do uso da pena de morte em 2014.

Apesar dessas preocupações, o mundo continua avançando em direção à abolição.

Com exceção da Europa e da Ásia Central, onde a Bielorrússia – o único país da região a praticar execuções – retomou as execuções após um intervalo de 24 meses, a Anistia Internacional documentou desenvolvimentos positivos em todas as regiões do mundo. A África subsaariana fez progressos significativos, com 46 execuções registradas em três países, comparadas às 64 registradas em cinco países em 2013 – uma redução de 28%. O número de execuções registradas na região do Oriente Médio e do Norte da África diminuiu aproximadamente 23% – de 638 em 2013 para 491 em 2014. Na região das Américas, os Estados Unidos são o único país que realiza execuções, embora o número dessas ocorrências tenha caído de 39 em 2013 para 35 em 2014, refletindo um declínio constante das execuções nos últimos anos. O estado de Washington impôs uma moratória das execuções.

Um número menor de execuções foi registrado na região da Ásia e da Oceania, com exceção da China. Países como Coreia do Sul, Fiji e Tailândia começaram a debater a abolição.

---

<sup>2</sup> O artigo 6º(6) do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos afirma claramente que as disposições desse mesmo artigo que permitem o uso da pena capital em determinadas circunstâncias “não poderão ser invocadas para retardar ou impedir a abolição da pena de morte”. Em seu Comentário Geral nº 6, o Comitê de Direitos Humanos da ONU afirmou que o artigo 6º “refere-se de modo geral à abolição em termos que sugerem fortemente [...] que a abolição é algo desejável. O Comitê concluiu que todas as medidas tomadas para a abolição deveriam ser consideradas como progressos na realização do direito à vida”. Comitê de Direitos Humanos, Comentário Geral nº 6, artigo 6º (décima sexta sessão, 1982), Compilação de comentários gerais e recomendações gerais adotadas pelos órgãos de monitoramento dos tratados de direitos humanos, UN doc. HRI/GEN/1/Rev.9, maio de 2008.

# O USO DA PENA DE MORTE EM 2014

“Devemos continuar argumentando firmemente que a pena de morte é injusta e incompatível com os direitos humanos fundamentais”

Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU, 10 de outubro de 2014

## NÚMEROS GLOBAIS

### EXECUÇÕES

A Anistia Internacional registrou execuções em 22 países em 2014, o mesmo número que em 2013. Embora a quantidade tenha permanecido a mesma, houve mudanças nos países que realizaram execuções. Sete países que executaram em 2013 não o fizeram em 2014 (Bangladesh, Botsuana, Indonésia, Índia, Kuwait, Nigéria e Sudão do Sul) ao passo que outros sete retomaram as execuções (Bielorrússia, Egito, Guiné Equatorial, Jordânia, Paquistão, Cingapura e Emirados Árabes Unidos). A Anistia Internacional não pôde confirmar se ocorreram execuções judiciais na Síria.

Pelo menos 607 execuções foram levadas a cabo em todo o mundo, uma redução de quase 22% em comparação com 2013. Essa cifra não incluiu as pessoas que se acredita terem sido executadas na China. Em 2009, a Anistia Internacional deixou de publicar suas estimativas sobre o uso da pena de morte na China, onde os dados sobre a pena capital são considerados segredo de Estado. Em vez disso, a organização está desafiando as autoridades chinesas a provar suas alegações de que estão atingindo seu objetivo de reduzir a aplicação da pena de morte, publicando suas próprias estatísticas.

### EXECUÇÕES REGISTRADAS EM 2014

Afeganistão (6), Bielorrússia (3+), China (+), Egito (15+), Guiné Equatorial (9), Irã (289+), Iraque (61+), Japão (3), Jordânia (11), Malásia (2+), Coreia do Norte (+), Paquistão (7), Palestina (Estado da) (2+, autoridades do Hamas, Gaza), Arábia Saudita (90+), Cingapura (2), Somália (14+), Sudão (23+), Taiwan (5), Emirados Árabes Unidos (1), EUA (35),

Vietnã (3+) e Iêmen (22+).

Três países – Irã, Iraque e Arábia Saudita – foram responsáveis por 72% das 607 execuções registradas no mundo. No Irã, as autoridades anunciaram oficialmente 289 execuções, mas outras centenas foram realizadas sem reconhecimento oficial.

## SENTENÇAS DE MORTE

Sabe-se de pelo menos 2.466 pessoas que foram sentenciadas à morte em 55 países em 2014. Esse número representa um aumento de 28% em comparação a 2013, quando 1.925 sentenças de morte foram registradas em 57 países. Tal aumento se deveu em grande parte ao crescimento acentuado das sentenças de morte no Egito (de 109 em 2013 para 509 em 2014) e na Nigéria (de 141 em 2013 para 659 em 2014), países em que, em alguns casos, os tribunais impuseram essas sentenças em massa.

## SENTENÇAS DE MORTE REGISTRADAS EM 2014

Afeganistão (12+), Argélia (16+), Bahrein (5), Bangladesh (142+), Barbados (2), Botsuana (1), China (+), Congo (República do) (3+), República Democrática do Congo (RDC) (14+), Egito (509+), Gâmbia (1+), Gana (9), Guiana (1), Índia (64+), Indonésia (6), Irã (81+), Iraque (38+), Japão (2), Jordânia (5), Quênia (26+), Kuwait (7), Líbano (11+), Lesoto (1+), Líbia (1+), Malásia (38+), Maldivas (2), Mali (6+), Mauritânia (3), Marrocos / Saara Ocidental (9), Mianmar (1+), Nigéria (659), Coreia do Norte (+), Paquistão (231), Palestina (Estado da) (4+ autoridades do Hamas, Gaza), Qatar (2+), Arábia Saudita (44+), Serra Leoa (3), Cingapura (3), Somália (52+; 31+ Governo Federal Somali; 11+ Puntlândia; 10+ Somalilândia), Coreia do Sul (1), Sudão do Sul (+), Sri Lanka (61+), Sudão (14+), Taiwan (1), Tanzânia (91), Tailândia (55+), Trinidad e Tobago (2+), Tunísia (2+), Uganda (1), Emirados Árabes Unidos (EAU) (25), EUA (72+), Vietnã (72+), Iêmen (26+), Zâmbia (13+) e Zimbábue (10).

Em alguns países, como Nigéria e Tanzânia, o crescimento no número de sentenças de morte registradas se deveu em parte ao fato de as autoridades terem fornecido dados mais completos à Anistia Internacional.

Acredita-se que pelo menos 19.094 pessoas estivessem sentenciadas à morte em todo o mundo em 2014.

## COMUTAÇÕES, INDULTOS E EXONERAÇÕES

Comutações ou indultos da pena de morte foram registrados em 28 países: Antígua e Barbuda, Bahamas, Bahrein, Bangladesh, Egito, Gana, Índia, Irã, Iraque, Jamaica, Jordânia, Kuwait, Malásia, Mali, Mianmar, Nigéria, Arábia Saudita, Serra Leoa, Cingapura, Coreia do Sul, Sri Lanka, Sudão, Tunísia, Trinidad e Tobago, EAU, EUA, Vietnã e Zimbábue.

A Anistia Internacional registrou 112 exonerações de presos que estavam no corredor da morte em nove países. Bangladesh (4), China (2), Jordânia (1), Nigéria (32), Sudão (4), Tanzânia (59), EUA (7),

Vietnã (2) e Zimbábue (1).<sup>3</sup> A libertação de presos que estavam no corredor da morte, em razão de sua inocência, expõe a falibilidade da justiça dos homens. Essas constatações suscitaram debates sobre a pena de morte em diversos países, inclusive naqueles em que o apoio à pena capital tem sido tradicionalmente forte, como a China, o Japão, o Vietnã e os EUA.

#### **COMO A PENA DE MORTE FOI USADA EM 2014**

Os seguintes métodos de execução foram utilizados: decapitação (Arábia Saudita), enforcamento (Afeganistão, Bangladesh, Egito, Irã, Iraque, Japão, Jordânia, Malásia, Paquistão, Palestina, Cingapura, Sudão), injeção letal (China, EUA, Vietnã) e fuzilamento (Bielorrússia, China, Guiné Equatorial, Coreia do Norte, Palestina, Arábia Saudita, Somália, Taiwan, EAU, Iêmen).

Como em anos anteriores, não houve registro de execuções judiciais por apedrejamento (lapidação). Nos EAU, uma mulher foi sentenciada à morte por apedrejamento por ter cometido “adultério” enquanto casada. Execuções públicas foram realizadas no Iraque e na Arábia Saudita.

A Anistia Internacional recebeu informações indicando que pelo menos 14 pessoas foram executadas no Irã por crimes que supostamente cometeram quando tinham menos de 18 anos. Egito, Irã e Sri Lanka sentenciaram menores infratores à morte em 2014. A imposição e a execução da pena de morte contra pessoas menores de 18 anos à época do crime constituem violações do direito internacional. Na ausência de provas concretas, como certidões ou registros de nascimento, é frequente que a idade real do infrator se torne objeto de disputa.<sup>4</sup> A Anistia Internacional continuou a se preocupar com o fato de que na Arábia Saudita, no Iêmen, no Irã, nas Maldivas, na Nigéria, no Paquistão e no Sri Lanka pessoas que tinham menos de 18 anos à época dos crimes que supostamente cometeram permanecessem sentenciadas à morte em 2014.

Pessoas com deficiências mentais ou intelectuais foram sentenciadas à morte em diversos países, como Indonésia, Japão, Malásia, Paquistão, Trinidad e Tobago e EUA.

Na maioria dos países em que pessoas foram sentenciadas à morte ou executadas, a pena capital foi imposta após procedimentos que não cumpriram as normas internacionais para julgamentos justos. Em 2014, a Anistia Internacional manifestou especial preocupação com os procedimentos judiciais em países como Afeganistão, Bangladesh, China, Egito, Irã, Iraque, Coreia do Norte, Paquistão, Arábia Saudita e Sri Lanka. Em vários países, como Afeganistão, Bahrein, China, Irã, Iraque, Coreia do Norte e Arábia Saudita, as sentenças foram baseadas em “confissões” que podem ter sido

---

<sup>3</sup>Exoneração é o processo por meio do qual, após o sentenciamento e a conclusão dos processos de apelação, a pessoa condenada é posteriormente isentada de culpa ou absolvida da acusação penal, sendo, portanto, considerada inocente perante a lei. Iwao Hakamada foi posto em liberdade condicional no Japão enquanto aguarda um novo julgamento; por isso, seu caso não foi incluído nesta lista.

<sup>4</sup>Os governos devem aplicar a totalidade dos critérios apropriados aos casos em que a idade da pessoa seja objeto de disputa. As boas práticas para o cálculo da idade incluem a avaliação do desenvolvimento físico, psicológico e social. Cada um desses critérios deve ser aplicado de modo a conceder o benefício da dúvida nos casos em disputa, a fim de que o indivíduo seja tratado como menor em conflito com a lei, garantindo-se assim que a pena de morte não seja aplicada. Essa abordagem é compatível com o princípio de que os melhores interesses da criança sejam consideração primária em todas as ações relativas às crianças, tal como requer o artigo 3º (1) da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança.

extraídas mediante tortura ou outros maus-tratos. No Irã, algumas dessas “confissões” foram transmitidas pela televisão antes do julgamento, violando ainda mais o direito dos réus à presunção de inocência.

Sentenças de morte compulsórias continuaram a ser impostas em Barbados, no Irã, na Malásia, no Paquistão, em Cingapura e em Trinidad e Tobago. Sentenças de morte compulsórias são incompatíveis com as proteções dos direitos humanos, pois não permitem qualquer possibilidade de que se levem em conta as circunstâncias pessoais do réu ou as circunstâncias do delito específico.

Pessoas continuaram sendo sentenciadas à morte ou executadas por crimes que não envolvem homicídio doloso e que, portanto, não atingem o patamar de “crimes mais graves” conforme previsto no artigo 6º do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP). A pena de morte foi imposta ou aplicada para delitos relacionados a drogas em diversos países, como China, Indonésia, Irã, Malásia, Arábia Saudita, Cingapura, Sri Lanka, Tailândia, EAU e Vietnã.

Outros crimes capitais que não atingem o patamar de “crimes mais graves”, mas para os quais a pena de morte foi imposta em 2014 incluem: crimes contra a ordem econômica, como corrupção (China, Coreia do Norte e Paquistão); roubo à mão armada (República Democrática do Congo); cometer “adultério” no casamento (Emirados Árabes Unidos); estupro que resulte em morte (Afeganistão); estupro cometido por estupradores reincidentes (Índia), estupro (Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos); sequestro (Arábia Saudita); tortura (Arábia Saudita); “insultar o profeta do Islã” (Irã); blasfêmia (Paquistão); “feiticeira” e “bruxaria” (Arábia Saudita).

Além desses, diferentes formas de “traição”, “atos contra a segurança nacional”, “colaboracionismo” com entidade estrangeira, “espionagem”, participação em “movimentos insurrecionistas e terrorismo” e outros tipos de “crimes contra o Estado”, que resultem ou não em perda de vida, foram punidos com a pena de morte no Líbano, na Coreia do Norte, na Palestina (Cisjordânia e Gaza), no Qatar e na Arábia Saudita.

## **A PENA DE MORTE E AS ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS INTERNACIONAIS EM 2014**

- Dos 35 Estados-membros da Organização dos Estados Americanos, somente os Estados Unidos realizaram execuções.
- Dos 57 Estados-membros da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa, somente a Bielorrússia e os Estados Unidos realizaram execuções.
- Sabe-se que 4 dos 54 Estados-membros da União Africana realizaram execuções judiciais: Egito, Guiné Equatorial, Somália e Sudão.
- Sabe-se que 9 dos 21 Estados-membros da Liga dos Países Árabes realizaram execuções: Egito, Iraque, Jordânia, Palestina, Arábia Saudita, Somália, Sudão, Emirados Árabes Unidos e Iêmen.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> A Síria foi suspensa da condição de Estado-membro por causa da violência utilizada na supressão dos levantes. Devido ao atual conflito no país, a Anistia Internacional não pôde confirmar as informações relativas ao uso da

- Sabe-se que 3 dos 10 Estados-membros da Associação dos Países do Sudeste Asiático realizaram execuções: Malásia, Cingapura e Vietnã.
- Sabe-se que 3 dos 53 Estados-membros da Comunidade de Nações realizaram execuções: Malásia, Paquistão e Cingapura.
- Sabe-se que 3 dos Estados-membros e Estados-observadores da Organização Internacional da Francofonia realizaram execuções: Egito, Emirados Árabes Unidos e Vietnã.
- O Japão e os EUA foram os únicos países do G8 a realizar execuções.
- 173 dos 193 Estados-membros da ONU não realizaram qualquer execução em 2014.

### DESENVOLVIMENTOS POSITIVOS

O número de execuções registradas em 2014 diminuiu 22% em comparação a 2013. Na África subsaariana, foram registradas 46 execuções em três países, enquanto que em 2013 foram registradas 64 execuções em cinco países – uma queda de 28%. Ao que se sabe, somente a Guiné Equatorial, a Somália e o Sudão realizaram execuções. O número de execuções registradas pela Anistia Internacional no Oriente Médio e no Norte da África diminuiu aproximadamente 23%, de 638 em 2013 para 491 em 2014. Nas Américas, os Estados Unidos continuaram sendo o único país que executa sentenças de morte, embora o número de execuções tenha caído de 39 em 2013 para 35 em 2014, refletindo um declínio constante das execuções nos últimos anos.

No âmbito legislativo, também foram registrados vários desenvolvimentos positivos. Em dezembro, a Assembleia Nacional de Madagascar adotou uma legislação para abolir a pena de morte. Projetos de lei semelhantes tramitavam nos órgãos legislativos do Benin, do Chade, de Fiji, da Mongólia e do Suriname.<sup>6</sup> O Parlamento de Barbados começou a examinar um anteprojeto de lei que visava à abolição da aplicação compulsória da pena de morte. Em fevereiro, nos EUA, o estado de Washington impôs uma moratória das execuções.

El Salvador, Gabão e Polônia tornaram-se Estados-partes do Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, que visa à abolição da pena de morte, no dia 8 de abril, 2 de abril e 24 de abril, respectivamente. Em 23 de maio, a Polônia também ratificou o Protocolo Nº 13 à Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, relativo à abolição da pena de morte em todas as circunstâncias.

Em dezembro, a Assembleia Geral da ONU adotou sua quinta resolução sobre uma moratória do uso da pena de morte. O número de votos favoráveis à resolução 69/186 aumentou em seis – de 111 em 2012 para 117 em 2014 –, com 38 votos contrários e 34 abstenções.<sup>7</sup> Apoiaram a resolução seis países

---

pena de morte na Síria em 2014.

<sup>6</sup> Os projetos de lei foram adotados em Fiji e no Suriname em fevereiro e março de 2015, respectivamente.

<sup>7</sup> Os EUA votaram contra a resolução, mas seu voto não foi incluído na folha de votação oficial.

a mais do que na última vez que aconteceu uma votação similar, em 2012.<sup>8</sup> Os novos votos favoráveis à resolução de 2014 foram da Guiné Equatorial, da Eritreia, de Fiji, do Níger e do Suriname. Outro sinal positivo foi o fato de o Bahrein, Mianmar, Tonga e Uganda terem passado da oposição para a abstenção. Lamentavelmente, Papua-Nova Guiné fez o movimento oposto e deixou de se abster para votar contra a resolução.

Entre os novos acréscimos ao texto da resolução de 2014 estão os requerimentos de que todos os Estados cumpram com suas obrigações em virtude da Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 1963 e respeitem o direito dos cidadãos estrangeiros de receber informações sobre assistência consular quando uma ação judicial for iniciada contra eles, de disponibilizar as informações relevantes sobre o uso que o país faz da pena de morte “discriminadas por sexo, idade ou outros critérios”, bem como sobre o número de comutações, absolvições e indultos concedidos, e de não expandir o escopo da pena de morte.

### **MOBILIZAÇÃO CONTRA A PENA DE MORTE: AS CONTRIBUIÇÕES DA ANISTIA INTERNACIONAL**

No decorrer de 2014, em parceria com integrantes da sociedade civil e grupos de interesse de todas as regiões, os ativistas da Anistia Internacional ajudaram a pôr fim às execuções e a garantir iniciativas positivas com relação à pena de morte em diversos países. Por exemplo:

Em 27 de março, **Iwao Hakamada** foi retirado temporariamente do corredor da morte no Japão enquanto aguarda novo julgamento. Tendo sido condenado à morte, ele passou 45 anos no Centro de Detenção de Tóquio, onde desenvolveu uma grave doença mental durante o tempo que aguardou ser executado. Os membros da Anistia Internacional se mobilizaram em seu favor por quase uma década.

**Chandran s/o Paskaran** foi poupado de execução na Malásia no dia 7 de fevereiro, depois dos apelos de vários grupos de direitos humanos, entre os quais a Anistia Internacional.

**Osariakhi Ernest Obyangbon**, um cidadão nigeriano, estava prestes a ser executado na Malásia no dia 14 de março de 2014. Além de não haver tido um julgamento justo, ele foi diagnosticado com esquizofrenia, condição para a qual estava recebendo tratamento desde antes de interpor um recurso em 2007. A Anistia Internacional foi informada de sua execução iminente um dia antes da data marcada, e emitiu apelos urgentes para as autoridades da Malásia. Depois que a execução de Osariakhi Ernest Obyangbon foi suspensa, seu irmão escreveu para a Anistia Internacional, dizendo: “Estou imensamente grato a vocês e a toda sua equipe por terem salvado a vida de meu irmão no último minuto. Ele já havia sido transferido de seu quarto para a sala de execuções e recebido as roupas diferentes que usaria para ser executado, quando vocês salvaram a vida dele. Nós, seus familiares, seremos sempre gratos pela

---

<sup>8</sup> Em 20 de dezembro de 2012, 111 Estados votaram a favor, 41 contra e 34 se abstiveram de votar a resolução 67/176 da Assembleia Geral da ONU. A lista completa com os copatrocinadores e as votações da resolução de 2014 está no Anexo IV deste documento.



generosidade que vocês manifestaram a ele.” Tanto Chandran s/o Paskaran quanto Osariakhi Ernest Obyangbon continuam no corredor da morte.

**ThankGod Ebhos** foi condenado à morte na Nigéria em 1995. No dia 23 de junho de 2013, ele foi conduzido à forca junto com outros quatro homens, todos enforcados diante dele. No último instante, as autoridades prisionais perceberam que sua sentença de morte requeria um pelotão de fuzilamento, e ele foi levado de volta a sua cela. Em 24 de outubro, depois das campanhas contra sua execução, ThankGod Ebhos foi retirado do corredor da morte.

**Meriam Yehya Ibrahim** foi libertada da prisão no Sudão em 23 de junho. Sua sentença de morte por apostasia, imposta por um tribunal de Cartum em 15 de maio, foi anulada por um tribunal de recursos. O caso de Meriam Yehya Ibrahim recebeu ampla atenção internacional, com mais de um milhão de pessoas respondendo ao apelo da Anistia Internacional em favor de sua libertação.

No dia 3 de dezembro, a Corte de Apelações do 5º Circuito suspendeu a execução de **Scott Panetti**, no estado do Texas, nos EUA, menos de oito horas antes de ser consumada. Sua doença mental, que incluía esquizofrenia, precedeu o homicídio pelo qual ele foi sentenciado à morte e, ao que parece, contribuiu com seu ato. A Anistia Internacional começou a fazer campanha em seu favor em 2004.

## O USO DA PENA DE MORTE PARA COMBATER O CRIME E A INSEGURANÇA

Muitos países que impuseram ou aplicaram sentenças de morte em 2014, o fizeram para responder a reais ou supostas ameaças à segurança do Estado e à segurança pública, representadas pelo terrorismo, pelo crime ou pela instabilidade interna.

- O **Paquistão** suspendeu uma moratória de seis anos da execução de civis depois do terrível atentado contra uma escola em Peshawar. Sete pessoas foram executadas em menos de duas semanas no fim de 2014. O governo também prometeu executar centenas de pessoas que estavam no corredor da morte e que haviam sido condenadas por acusações relacionadas ao terrorismo.
- A **China** usou a pena de morte como instrumento de sua campanha “Linha Dura”, que as autoridades qualificaram como uma resposta ao terrorismo e à criminalidade violenta na Região Autônoma Uigur de Xinjiang. Três pessoas foram sentenciadas à morte em um ato coletivo envolvendo 55 pessoas condenadas por terrorismo, separatismo e homicídio. Entre junho e agosto, 21 pessoas foram executadas na Região Autônoma Uigur de Xinjiang com relação a dois diferentes atentados terroristas.

- Tanto **Camarões** quanto os **Emirados Árabes Unidos** expandiram o escopo da pena morte a fim de incluir crimes relacionados ao “terrorismo”.
- A **Jordânia** retomou as execuções em dezembro após um intervalo de oito anos, executando 11 homens condenados por homicídio. As autoridades afirmaram claramente que se tratava de uma resposta aos índices crescentes de homicídio.
- Em dezembro, a Indonésia anunciou que retomaria as execuções por delitos relacionados às drogas com o objetivo de enfrentar uma “emergência nacional”.

O argumento em favor do uso da pena de morte para combater o crime ignora o fato de não haver provas convincentes de que essa punição funcione como um dissuasor específico da criminalidade, ou que seja mais eficaz que as penas de prisão. Esse fato foi confirmado em vários estudos conduzidos pela ONU e realizados nos mais diversos países e regiões.<sup>9</sup>

# PANORAMAS REGIONAIS

## AMÉRICAS

### TENDÊNCIAS REGIONAIS

- Os EUA continuaram sendo o único país a realizar execuções nas Américas. Foram registradas menos execuções e menor número de países executores.
- O uso da pena de morte na região continuou em declínio, com uma redução no número total de sentenças de morte (de pelo menos 95 impostas em 2013 para 77 em 2014).
- Nos EUA, o estado de Washington impôs uma moratória oficial das execuções em 11 de fevereiro.
- O governo do Suriname introduziu um anteprojeto de lei para retirar a pena de morte do Código Penal. El Salvador ratificou um tratado internacional sobre a abolição da pena de morte.<sup>10</sup>
- Barbados deu início a processos legislativos para excluir a obrigatoriedade da pena de morte.

---

<sup>9</sup> Anistia Internacional, “Not making us safer: Crime, public safety and the death penalty” (ACT 51/002/2013), 10 de outubro de 2013, disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/act51/002/2013/en/>

<sup>10</sup> No dia 8 de abril, El Salvador ratificou o Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, que visa à abolição da pena de morte. A Assembleia Nacional do Suriname aprovou mudanças no Código Penal com o fim de abolir a pena de morte para todos os crimes em março de 2015.

## A PENA DE MORTE NOS EUA EM 2014<sup>11</sup>

35 execuções: Arizona (1), Flórida (8), Geórgia (2), Missouri (10), Ohio (1), Oklahoma (3) e Texas (10). Todas as execuções ocorreram por meio de injeções letais. Duas mulheres estavam entre as pessoas executadas em 2014.

Pelo menos 72 novas sentenças de morte: Alabama (4), Arizona (3), Arkansas (2), Califórnia (14), Connecticut (1), Flórida (11), Geórgia (1), Indiana (1), Kentucky (1), Louisiana (3), Mississippi (1), Carolina do Norte (3), Ohio (3), Oklahoma (2), Oregon (1), Pensilvânia (4), Carolina do Sul (1), Dakota do Sul (1), Texas (11) e Federal (4).

Até outubro de 2014, 3.035 pessoas haviam sido sentenciadas à pena de morte, entre estas, 745 na Califórnia, 404 na Flórida e 276 no Texas.

18 estados aboliram a pena de morte; <sup>12</sup> 32 a mantêm. Dos retencionistas, Colorado, Kansas, Nebraska, New Hampshire, Oregon, Pensilvânia e Wyoming não realizaram execuções nos últimos 10 anos. Os governadores dos estados de Oregon e Washington estabeleceram moratórias oficiais das execuções.<sup>13</sup> As autoridades federais não realizam execuções desde 2003 e as autoridades militares desde 1961.

Sete pessoas foram exoneradas do crime pelo qual foram sentenciadas à pena de morte, elevando para 150 o número total dessas exonerações desde 1973. Pelo menos duas pessoas obtiveram a comutação judicial de suas sentenças de morte.

---

<sup>11</sup> Para mais informações, consulte o documento do Centro de Informação sobre Pena de Morte "The Death Penalty in 2014: Year End Report", disponível em: <http://www.deathpenaltyinfo.org/documents/2014YrEnd.pdf> (acessado em 5 de março de 2015).

<sup>12</sup> Além desses, o Distrito de Colúmbia também aboliu a pena de morte.

<sup>13</sup> O governador da Pensilvânia estabeleceu uma moratória das execuções em 13 de fevereiro de 2015.

# ANEXO I: SENTENÇAS DE MORTE E EXECUÇÕES EM 2014

Este relatório trata apenas do uso judicial da pena de morte. Os números apresentados são os que puderam ser extraídos com segurança das pesquisas da Anistia Internacional, embora para alguns países essas cifras sejam significativamente maiores. Alguns Estados ocultam intencionalmente seus procedimentos relativos à pena de morte; outros não guardam ou não disponibilizam dados quantitativos sobre pena de morte e execuções.

Quando o símbolo "+" aparece após o número que acompanha o nome de um país – por exemplo, Iêmen (22+) – isso significa que a Anistia Internacional confirmou 22 incidentes, mas têm motivos para acreditar que o número real é maior. Portanto, "22+" significa "pelo menos 22". Quando o símbolo "+" aparece após o nome de um país sem qualquer número – por exemplo, sentenças de morte no Sudão do Sul (+) – isso significa que nesse país ocorreram execuções ou sentenças de morte (mais de uma), mas não há informações suficientes para assegurar um número mínimo confiável. Para o cálculo dos totais globais e regionais, atribuiu-se a "+" o valor de 2, inclusive para a China.

## EXECUÇÕES REGISTRADAS EM 2014

China +

Irã 289+

Arábia Saudita 90+	Afeganistão 6
Iraque 61+	Taiwan 5
EUA 35	Bielorrússia 3+
Sudão 23+	Vietnã 3+
Iêmen 22+	Japão 3
Egito 15+	Malásia 2+
Somália 14+	Palestina (Estado da) (em Gaza) 2+
Jordânia 11+	Cingapura 2
Guiné Equatorial 9	Emirados Árabes Unidos 1
Paquistão 7	Coreia do Norte +

## SENTENÇAS DE MORTE REGISTRADAS EM 2014

China +	Somália 52+ (31+ pelo Governo Federal Somali; 11+ em Puntlândia; 10+ em Somalilândia)	Sudão 14+
Nigéria 659		Zâmbia 13+
Egito 509+	Arábia Saudita 44+	Afeganistão 12+
Paquistão 231	Iraque 38+	Líbano 11+
Bangladesh 142+	Malásia 38+	Zimbábue 10
Tanzânia 91	Quênia 26+	Gana 9
Irã 81+	Iêmen 26+	Marrocos / Saara Ocidental 9
EUA 72+	Emirados Árabes Unidos 25	Kuait 7
Vietnã 72+		Mali 6+
Índia 64+	Argélia 16+	Indonésia 6
Sri Lanka 61+	República Democrática do Congo 14+	Bahrein 5
Tailândia 55+		

Jordânia 5	Trinidad e Tobago 2+	Mianmar 1+
Palestina (Estado da) (em Gaza) 4+	Tunísia 2+	Botsuana 1
Congo (República do) 3+	Barbados 2	Guiana 1
Mauritânia 3	Japão 2	Coreia do Sul 1
Serra Leoa 3	Maldivas 2	Taiwan 1
Cingapura 3	Gâmbia 1+	Uganda 1
Qatar 2+	Lesoto 1+	Coreia do Norte +
	Líbia 1+	Sudão do Sul +